

**AGENDA DE COMPROMISSOS DO GOVERNO FEDERAL – 2013/2016 - Metas do Município**

**ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA E DA FOME**

<b>Indicador</b>	<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Estado</b>	<b>Município</b>
Nível de Cobertura do Programa Bolsa Família	2012	-	86,79%	116,89%

**Metas do Município**

<b>Ano</b>	<b>Nível de Cobertura do Programa Bolsa Família</b>	
	<b>Estimado</b>	<b>Realizado</b>
<b>2013</b>		
<b>2014</b>		
<b>2015</b>		
<b>2016</b>		
<b>TOTAL</b>		

O numero de atendimentos atual de seu Estado é **2754924** e o de seu município **32232**.

<b>Indicador</b>	<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Estado</b>	<b>Município</b>
Atendimentos Individualizados Realizados pelos CRAS	2012	-	2754924	32232

### Metas do Município

<b>Ano</b>	<b>Atendimentos Individualizados Realizados pelos CRAS .</b>	
	<b>Estimado</b>	<b>Realizado</b>
<b>2013</b>		
<b>2014</b>		
<b>2015</b>		
<b>2016</b>		
<b>TOTAL</b>		

Nesse momento seu Estado já comercializa com **13069** agricultores e seu município **0**.

<b>Indicador</b>	<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Estado</b>	<b>Município</b>
Número de Agricultores Familiares Fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos	2011 -		13069	0

### **Metas do Município**

<b>Ano</b>	<b>Número de Agricultores Familiares Fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos . _</b>	
	<b>Estimado</b>	<b>Realizado</b>
<b>2013</b>		
<b>2014</b>		
<b>2015</b>		
<b>2016</b>		
<b>TOTAL</b>		

## EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

### Informações

No município **SANTOS - SP**, em **2011**, havia **3425** crianças de 4 e 5 anos matriculadas na educação infantil. O objetivo do Ministério da Educação é contribuir para universalizar o atendimento a essa faixa etária até 2016, em todo o país.

Os dados das matrículas em educação infantil, por município, são obtidos anualmente por meio do Censo Escolar e podem ser consultados em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>.

<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>.

Indicador	Ano	País	Estado	Município
Número de matrículas em educação infantil - crianças de 4 e 5 anos	2011	-	654466	3425

### Metas do Município

Ano	Número de matrículas em educação infantil - crianças de 4 e 5 anos . _	
	Estimado	Realizado
2013		
2014		
2015		
2016		
TOTAL		

No município **SANTOS - SP**, em **2011**, havia **2375** crianças de 0 e 3 anos matriculadas na educação infantil. O objetivo do Ministério da Educação é contribuir para ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil, de forma a atender a 50porcento da população dessa faixa etária.

Os dados das matrículas em educação infantil, por município, são obtidos anualmente por meio do Censo Escolar e podem ser consultados em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>.

<b>Indicador</b>	<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Estado</b>	<b>Município</b>
Matrículas em educação infantil até 3 anos	2011 -		268022	2375

#### Metas do Município

<b>Ano</b>	<b>Matrículas em educação infantil até 3 anos . _</b>	
	<b>Estimado</b>	<b>Realizado</b>
<b>2013</b>		
<b>2014</b>		
<b>2015</b>		
<b>2016</b>		
<b>TOTAL</b>		

No município **SANTOS - SP**, em **2011**, havia **2747** matrículas na educação básica em tempo integral, na rede municipal. O objetivo do Ministério da Educação é contribuir para oferecer educação em tempo integral em 50porcento das escolas públicas de educação básica até 2020.

Mais informações sobre o Programa Mais Educação podem ser obtidas no site: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16690&Itemid=1115](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1115).

<b>Indicador</b>	<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Estado</b>	<b>Município</b>
Número de matrículas na Educação Básica em Tempo Integral	2011	-	364768	2747

### Metas do Município

<b>Ano</b>	<b>Número de matrículas na Educação Básica em Tempo Integral . _</b>	
	<b>Estimado</b>	<b>Realizado</b>
<b>2013</b>		
<b>2014</b>		
<b>2015</b>		
<b>2016</b>		
<b>TOTAL</b>		

No município **SANTOS - SP**, em **2011**, o Ideb era de **5,3**, enquanto a média no estado era de **5,3**.

Para acessar os Ideb de todos os estados e municípios brasileiros, acesse <http://ideb.inep.gov.br/>.

<b>Indicador</b>	<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Estado</b>	<b>Município</b>
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais	2011	-	5,3	5,3

### Metas do Município

<b>Ano</b>	<b>Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais . _</b>	
	<b>Estimado</b>	<b>Realizado</b>
<b>2013</b>	5,40 .	
<b>2014</b>	5,40 .	
<b>2015</b>	5,70 .	
<b>2016</b>	5,70 .	
<b>TOTAL</b>		

Em 2010, de acordo com o Censo Escolar, 967.385 crianças de 0 a 3 anos estavam matriculadas em creches municipais no Brasil. O município **SANTOS - SP** tem **2375** crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches. De acordo com o Plano Nacional de Educação, a meta é ampliar em até 50 por cento o número de crianças até três anos matriculadas em creches até o ano de 2020. O número de crianças, na faixa de 0 a 3 anos, matriculadas em creches é medido por meio do número de matrículas de crianças até três anos na pré-escola, na rede municipal de ensino. Esse dado é coletado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em colaboração com as secretarias municipais de Educação.

<b>Indicador</b>	<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Estado</b>	<b>Município</b>
Número de matrículas em educação infantil - crianças de 0 a 3 anos	2011	-	268022	2375

### Metas do Município

<b>Ano</b>	<b>Número de matrículas em educação infantil - crianças de 0 a 3 anos . _</b>	
	<b>Estimado</b>	<b>Realizado</b>
<b>2013</b>		
<b>2014</b>		
<b>2015</b>		
<b>2016</b>		
<b>TOTAL</b>		

## IGUALDADE DE GENERO

Para conhecer ações, programas e projetos vinculados à autonomia econômica das mulheres acesse:

- Organização Produtiva das Mulheres Rurais: [http://www.mda.gov.br/portal/aegre/programas/lt\\_it\\_it\\_it\\_it\\_Organizac](http://www.mda.gov.br/portal/aegre/programas/lt_it_it_it_it_Organizac)
- Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça: <http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-de-articulacao-institucional-e-acoes-tematicas/pro-equidade>
- Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher: <http://www.pntem.org.br/>
- Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil: <http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-de-articulacao-institucional-e-acoes-tematicas/coordenacao-geral-de-programas-e-acoes-de-trabalho/programas-e-campanhas/construindo-a-autonomia>
- Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres: <http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-de-articulacao-institucional-e-acoes-tematicas/coordenacao-geral-de-programas-e-acoes-de-trabalho/programas-e-campanhas/folder-artesanato-e-turismo>

O indicador selecionado para verificação dos compromissos do município com os Objetivos do Milênio é a existência de, pelo menos, 1 (um) dos serviços da rede de atendimento especializada no enfrentamento a violência contra à mulher. Se o município for declarado como um pólo pelo organismo de mulheres do estado, o indicador sobe para 6 (seis) serviços, ou seja, pelo menos um de cada serviço especializado. Para saber onde há serviços da rede de atendimento, pode-se consultar o link:

[https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php).

Indicador	Ano	País	Estado	Município
Total de serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência	2011	-	294	2

### Metas do Município

Ano	Total de serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência . _	
	Estimado	Realizado
2013		
2014		
2015		
2016		

**TOTAL****REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL**

No Brasil, a taxa de mortalidade infantil (morte de crianças com até um ano), em 2010 foi de 13,9 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos, com tendência de queda nos últimos anos. O seu município registra **97,01493%** e o seu estado **52,38295%**. As Políticas Saúde Mais Perto de Você e Rede Cegonha estão entre as principais estratégias do Ministério da Saúde para reduzir a mortalidade infantil.

A Rede Cegonha garante à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério. A Saúde da Família visa à reorganização da Atenção Básica no País, como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da Atenção Básica por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades.

As iniciativas tem o objetivo de ampliar e qualificar o acesso das gestantes e recém-nascidos aos serviços de saúde.

Conheça mais em [www.saude.gov.br/dab](http://www.saude.gov.br/dab) e <http://dab.saude.gov.br/atencaobasica.php>

Indicador	Ano	País	Estado	Município
Porcentagem de óbitos infantis investigados	2011 -		52,38295%	97,01493%

**Metas do Município**

Ano	Porcentagem de óbitos infantis investigados . _	
	Estimado	Realizado
2013		
2014		
2015		
2016		
TOTAL		

No Brasil, a cobertura da vacina tetravalente, que protege as crianças contra a difteria, coqueluche, tétano e infecções respiratórias – em crianças menores de um ano - foi de 97,6% em 2010. A situação do seu município é **94,61%**, e a situação do seu estado é **95,8%**.

Para mais informações sobre o PNI, acesse: <http://www.saude.gov.br/svs/pni>.

<b>Indicador</b>	<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Estado</b>	<b>Município</b>
Cobertura vacinal com a vacina tetravalente (DTP HIB) em crianças menores de 1 ano	2011 -		95,8%	94,61%

### Metas do Município

<b>Ano</b>	<b>Cobertura vacinal com a vacina tetravalente (DTP HIB) em crianças menores de 1 ano . _</b>	
	<b>Estimado</b>	<b>Realizado</b>
<b>2013</b>		
<b>2014</b>		
<b>2015</b>		
<b>2016</b>		
<b>TOTAL</b>		

A cobertura da Atenção Básica no Brasil em 2011 é de 65,44% da população, destes 54,31% corresponde a 32.809 equipes da Estratégia Saúde da Família.

O seu município conta com **31,91464%** de cobertura da atenção básica, já o seu estado dispõe de **42,64764%**.

Para mais informações acesse: <http://dab.saude.gov.br/atencaobasica.php>

Indicador	Ano	País	Estado	Município
Cobertura da atenção básica	2011	-	42,64764%	31,91464%

### Metas do Município

Ano	Cobertura da atenção básica	
	Estimado	Realizado
2013		
2014		
2015		
2016		
TOTAL		

## REDUZIR A MORTALIDADE MATERNA

### REDE CEGONHA 1 – PRÉ NATAL

No Brasil, a proporção de gestantes que realizaram sete ou mais consultas pré-natal/ano foi de 61,1% em 2010. Entre as principais estratégias adotadas pelo Ministério da Saúde para aumentar o acesso ao pré-natal estão os programas Saúde Mais Perto de Você e Rede Cegonha. As iniciativas têm o objetivo de ampliar o acesso das gestantes e dos recém-nascidos aos serviços de saúde.

No seu município foi constatada que a situação é de **86,3%**, já a situação do seu estado é de **78,2%**.

Para mais informações acesse <http://www.saude.gov.br/dab> e [http://portal.saude.gov.br/PORTAL/SAUDE/GESTOR/AREA.CFM?ID\\_AREA=1816](http://portal.saude.gov.br/PORTAL/SAUDE/GESTOR/AREA.CFM?ID_AREA=1816).

Adesão Integrada: Os municípios que aderiram ao PMAQ devem acessar o Sistema de Gestão de Programas do Departamento de Atenção do PMAQ e acessar o Termo Aditivo ao Termo de Compromisso do PMAQ, se comprometendo com as metas/ações da RC. Para realizar a Adesão Integrada (PMAQ/Rede Cegonha) ao componente Pré-natal os procedimentos, parâmetros e total programado são preenchidos automaticamente pelo sistema assim que informado a cobertura SUS (porcento) e gerado a estimativa de gestantes do município. Os exames apresentados em destaque (\*) são exames novos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 1.459/2011 que instituí a Rede Cegonha. Adesão Integrada: <http://dab.saude.gov.br/sistemas/redecegonha>.

Indicador	Ano	País	Estado	Município
Proporção de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal/ano	2011	-	78,2%	86,3%

### Metas do Município

Ano	Proporção de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal/ano . _	
	Estimado	Realizado
2013		
2014		
2015		
2016		

<b>TOTAL</b>	
--------------	--

## REDE CEGONHA 2 - PARTOS NORMAIS

As principais estratégias adotadas pelo Ministério da Saúde para aumentar o percentual de partos normais estão incluídas no programa Rede Cegonha. A iniciativa assegura à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério. Um dos objetivos do programa é implantar um novo modelo de atenção à saúde da mulher com foco no parto.

No Brasil, a proporção de partos normais para o ano de 2010 foi de 47,7%. No seu município a situação registrada foi de **32,4%**, enquanto no seu estado o quadro é de **41,1%**.

Para mais informações sobre o programa acesse: [http://portal.saude.gov.br/PORTAL/SAUDE/GESTOR/AREA.CFM?ID\\_AREA=1816](http://portal.saude.gov.br/PORTAL/SAUDE/GESTOR/AREA.CFM?ID_AREA=1816).

Indicador	Ano	País	Estado	Município
Proporção de partos normais	2011 -		41,1%	32,4%

### Metas do Município

Ano	Proporção de partos normais . _	
	Estimado	Realizado
<b>2013</b>		
<b>2014</b>		
<b>2015</b>		
<b>2016</b>		
<b>TOTAL</b>		

## REDE CEGONHA 3 - MORTALIDADE MATERNA

No ano de 2010, foram notificados no país 1.613 óbitos de mulheres por causas obstétricas. Na sua cidade foram notificados **92,12121%** de óbitos de mulheres em idade fértil, enquanto no seu estado foram registrados **76,11079%**.

Preocupado em reduzir o número de óbitos maternos, o Ministério da Saúde conta com dois programas, o Saúde Mais Perto de Você e a Rede Cegonha. As iniciativas tem o objetivo de ampliar o acesso das gestantes, parturientes (mulheres em trabalho de parto) e puérperas (mulheres que estão no período pós-parto) aos serviços de saúde.

Mais informações acesse: <http://www.saude.gov.br/dab> e [http://portal.saude.gov.br/PORTAL/SAUDE/GESTOR/AREA.CFM?ID\\_AREA=1816](http://portal.saude.gov.br/PORTAL/SAUDE/GESTOR/AREA.CFM?ID_AREA=1816).

Indicador	Ano	País	Estado	Município
Porcentagem de óbitos de mulheres em idade fértil investigados	2011	-	76,11079%	92,12121%

### Metas do Município

Ano	Porcentagem de óbitos de mulheres em idade fértil investigados . _	
	Estimado	Realizado
2013		
2014		
2015		
2016		
TOTAL		

## COMBATER A AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

### PROGRAMA NACIONAL DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (DST) E AIDS

O Programa Nacional de DST e Aids faz parte da política nacional de vigilância, prevenção e controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), HIV/Aids e hepatites virais, do Ministério da Saúde. A iniciativa tem o objetivo de reduzir a transmissão destas doenças na população, além de melhorar a qualidade de vida das pessoas com DSTs, HIV, aids e hepatites virais.

No Brasil, em 2011, foram identificados 38.776 novos casos da doença e a taxa de incidência da Aids foi de 20,2 casos por 100 mil habitantes. O aumento do diagnóstico tem se refletido no aumento da proporção de indivíduos HIV positivos que são identificados precocemente. Em 2011 observou-se diminuição dos pacientes chegaram ao serviço de saúde com contagem de CD4 inferior a 200 células por mm<sup>3</sup>, que foi de 29,2%, indicando diminuição no percentual dos pacientes com o sistema imunológico comprometido.

Mais informações acesse: [www.aids.gov.br](http://www.aids.gov.br).

Indicador	Ano	País	Estado	Município
Proporção de pacientes HIV positivo com 1º CD4 inferior a 200 cel/mm <sup>3</sup> registrado no SISCEL	2011	-	26,04822%	26,89076%

### Metas do Município

Ano	Proporção de pacientes HIV positivo com 1º CD4 inferior a 200 cel/mm <sup>3</sup> registrado no SISCEL	
	Estimado	Realizado
2013		
2014		
2015		
2016		
TOTAL		

## PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA MALÁRIA

A região Amazônica concentra 99% dos casos de malária no Brasil. O Índice Parasitário Anual (IPA) da malária, em 2010, foi de 13,1 por 1.000 habitantes.

No seu município esse índice é de **0**, e no seu estado é de **0**.

O Programa Nacional de Controle da Malária tem o objetivo de estimular a redução da incidência e gravidade dos casos da doença por meio do diagnóstico precoce e o tratamento oportuno e adequado dos casos identificados.

Para mais informações acesse o site [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id\\_area=1526](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1526).

Indicador	Ano	País	Estado	Município
Índice Parasitário Anual (IPA) de malária	2011	-	0	0

### Metas do Município

Ano	Índice Parasitário Anual (IPA) de malária	
	Estimado	Realizado
2013		
2014		
2015		
2016		
TOTAL		

## PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA DENGUE

A dengue é um sério problema de saúde pública no país e a gravidade dos casos é medida, também, pelo número de óbitos ocorridos em razão da doença. No Brasil, em 2010, ocorreram 656 mortes causadas por dengue. No mesmo período, o seu município registrou **24** óbitos, e o seu estado **141**.

O Programa Nacional de Controle da Dengue, do Ministério da Saúde, propõe ações integradas de assistência aos pacientes, vigilância epidemiológica e controle vetorial para o surgimento de novos casos e de óbitos.

Para mais informações acesse o site [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id\\_area=1525](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1525).

Indicador	Ano	País	Estado	Município
Número de óbitos por dengue	2011 -	141	24	

### Metas do Município

Ano	Número de óbitos por dengue	
	Estimado	Realizado
2013		
2014		
2015		
2016		
TOTAL		

## PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA TUBERCULOSE

A tuberculose é uma doença infecto-contagiosa causada por uma bactéria e que afeta principalmente os pulmões. No Brasil, a taxa de incidência da tuberculose, em 2010, foi de 37,6 por 100 mil habitantes. A situação do seu município foi **51**, enquanto no seu estado foi de **38,5**.

A principal estratégia do Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) adotada para a redução de mortes é o Tratamento Diretamente Observado (TDO).

Para mais informações acesse o site [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id\\_area=1527](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1527).

Indicador	Ano	País	Estado	Município
Taxa de incidência de tuberculose	2011 -		38,5	51

### Metas do Município

Ano	Taxa de incidência de tuberculose	
	Estimado	Realizado
2013		
2014		
2015		
2016		
TOTAL		

## **QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE**

O Brasil já atingiu as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relativas ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário. De uma forma geral, o Brasil ruma à universalização do acesso ao abastecimento de água no meio urbano, com aproximadamente 91,9% dos domicílios ligados à rede de abastecimento. Se considerarmos o abastecimento de água por poço também como adequado, a cobertura passa para aproximadamente 97,4% (Censo 2010). No caso do esgoto, no entanto, ainda estamos longe da universalização. O total ligado à rede coletora ou à solução individual por fossa séptica é de cerca de 75,3% (Censo 2010).

O Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) estabeleceu um conjunto de metas de atendimento, observando os principais problemas enfrentados no setor, como cobertura e intermitência no abastecimento de água, coleta e tratamento adequado de esgoto e resíduos sólidos, além de definir o montante de investimentos necessários para cumprir as mencionadas metas em um horizonte estipulado até 2030.

Para o abastecimento de água, as ações contemplam soluções para problemas relacionados à disponibilidade hídrica, à qualidade da água, à constância no fornecimento e à sustentabilidade econômico-financeira dos serviços, com vistas a atender de forma igualitária a toda a população.

Para o esgotamento sanitário, além dessas premissas, as iniciativas contemplam a adoção de soluções adequadas, com ênfase na ampliação da coleta e do tratamento do esgoto coletado.

Na área de resíduos sólidos, com a publicação da Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o grande desafio, até pela premência de tempo assinalada na norma legal e pelo impacto que essa imposição vem causando nos municípios, é a extinção dos lixões até 2014.

Ressalta-se ainda que, em atendimento à mencionada Lei, encontra-se em fase final de elaboração o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, instrumento que deverá envolver múltiplos aspectos, com destaque a normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos da União por parte dos estados e municípios e ao estabelecimento de metas de redução, reutilização, reciclagem, aproveitamento energético, coleta seletiva e logística reversa (que implica na responsabilização de produtores e consumidores na destinação final do lixo). Tanto o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) quanto o Plano Nacional de Resíduos Sólidos têm horizontes de 20 anos com atualizações a cada quatro anos.

## SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

As iniciativas de apoio aos municípios para abastecimento de água por meio de repasse de recursos da União são feitas por meio dos programas gerenciados pelo Ministério das Cidades, em municípios acima de 50 mil habitantes, integrantes de consórcios públicos acima de 150 mil habitantes, municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas e a Regiões Integradas de Desenvolvimento. Por sua vez, o Ministério da Saúde, por meio da Funasa, atua nos demais municípios abaixo de 50 mil habitantes. Outros órgãos federais possuem programas mais focalizados, atuando em situações com especificidades próprias.

O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC representa importante marco na retomada dos investimentos federais no setor saneamento ao proporcionar a transferência obrigatória de recursos financeiros pela União. Na primeira fase do PAC, o setor saneamento recebeu cerca de R\$ 40 bilhões para o quadriênio 2007-2010. Em continuidade aos investimentos públicos destinados à melhoria das condições de vida da população brasileira, em 2010, na segunda fase do Programa - PAC 2, foram previstos mais R\$ 41,1 bilhões, para investimentos em ações de saneamento no quadriênio 2011-2014. É importante reforçar que as ações apoiadas com recursos do PAC objetivam atingir o desafio de universalização dos serviços, por meio dos diversos arranjos institucionais, e pelo esforço conjunto de todos os Entes Federados: União, estados e municípios e a participação do setor privado.

De acordo com o seu prestador de serviço de abastecimento de água, o município apresenta uma cobertura por rede de abastecimento de água em sua área urbana de **100%** e o estado apresenta uma cobertura média por rede de abastecimento de água em sua área urbana de **99%**, ambos com ano de referência **2009**.

Indicador	Ano	País	Estado	Município
Índice de atendimento urbano de água com rede de abastecimento	2009 -		99%	100%

### Metas do Município

Ano	Índice de atendimento urbano de água com rede de abastecimento	
	Estimado	Realizado
2013		
2014		
2015		
2016		
TOTAL		

## SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

As iniciativas de apoio aos municípios para esgotamento sanitário por meio de repasse de recursos da União são feitas por meio dos programas gerenciados pelo Ministério das Cidades, em municípios acima de 50 mil habitantes, integrantes de consórcios públicos acima de 150 mil habitantes, municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas e a Regiões Integradas de Desenvolvimento. Por sua vez, o Ministério da Saúde, por meio da Funasa, atua nos demais municípios abaixo de 50 mil habitantes. Outros órgãos federais possuem programas mais focalizados, atuando em situações com especificidades próprias.

É importante reforçar que as ações apoiadas com recursos federais objetivam atingir o desafio de universalização dos serviços, por meio dos diversos arranjos institucionais, e pelo esforço conjunto de todos os Entes Federados: União, estados e municípios e a participação do setor privado. Somados aos expressivos aportes de recursos orçamentários e financeiros, as ações articuladas de todos os atores envolvidos são essenciais para a melhoria contínua do setor e o atendimento dos anseios da sociedade.

De acordo com o seu prestador de serviço de esgotamento sanitário, o município apresenta uma cobertura por rede coletora de esgoto na área urbana de **99,76%** e o estado apresenta uma cobertura média por rede coletora de esgoto na área urbana de **87,1%**, ambos com ano de referência **2009**.

Indicador	Ano	País	Estado	Município
Índice de atendimento urbano de esgoto com rede coletora	2009 -		87,1%	99,76%

### Metas do Município

Ano	Índice de atendimento urbano de esgoto com rede coletora	
	Estimado	Realizado
2013		
2014		
2015		
2016		
TOTAL		

## **PROGRAMA RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - GESTÃO AMBIENTAL URBANA**

No município **SANTOS - SP**, a taxa de recuperação de materiais recicláveis em relação à soma (RDO+RPU) dos resíduos sólidos resultantes das atividades domiciliares ou atividades comerciais cujas características sejam similares aos resíduos domiciliares (RDO), com os resíduos sólidos resultantes das atividades de varrição, roçada, capina e raspagem de vias e logradouros públicos, desobstrução de bocas-de-lobo, limpeza de praias e/ou margens de rios e córregos, poda da arborização pública, e outros (RPU), foi de **0,62%**, enquanto que no estado foi de **15,75%**, no ano de **2009**.

No Brasil, a parcela de lixo produzido aparentemente muito reduzida assume maior significado quando se admite que a fração de "materiais recicláveis secos" presente no conjunto dos RDO+RPU seja, por exemplo, de 30porcento (exceto matéria orgânica). Nesta hipótese, estima-se que, no País, sejam recuperados aproximadamente 10porcento do conjunto de recicláveis secos (papel, plástico, metal e vidro) incidente no nosso "lixo".

O Programa "Resíduos Sólidos Urbanos – Gestão Ambiental Urbana" sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente tem repasse direto (Orçamento Geral da União) ou recursos provenientes de agências multilaterais de crédito, FGTS, CAIXA e BNDES, por meio de linhas de crédito tendo como Instrumento jurídico para formalização o Convênio, o Contrato de Repasse e o Termo de Cooperação, tendo como objetivo promover a modernização e a organização dos sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, com vistas a elevar a capacidade técnica, administrativa e gerencial do prestador de serviços e a qualidade dos serviços prestados à população.

O apoio a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis vem sendo objeto de uma série de medidas indutoras na forma de leis, decretos e instruções normativas de fomento à atividade de catação. Além de outras leis e decretos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela lei nº 12.375/10, tem como principal objetivo a descrição dos possíveis instrumentos econômicos que permitam orientar o comportamento dos agentes tanto no cumprimento das metas federais, estaduais e municipais, como também na internalização dos custos econômicos e ambientais da gestão de resíduos sólidos.

<b>Indicador</b>	<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Estado</b>	<b>Município</b>
Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos	2009	-	15,75%	0,62%

### Metas do Município

<b>Ano</b>	<b>Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos</b>	
	<b>Estimado</b>	<b>Realizado</b>
<b>2013</b>		
<b>2014</b>		
<b>2015</b>		
<b>2016</b>		
<b>TOTAL</b>		

## **TUDO MUNDO TRABALHANDO PELO DESENVOLVIMENTO**

Alcançar o desenvolvimento é uma responsabilidade coletiva de toda a comunidade internacional. No plano doméstico o governo brasileiro tem realizado esforços para aumentar a capacidade das administrações públicas de desenvolver e implementar políticas públicas no sentido de aumentar a inclusão social. Em uma federação complexa como a brasileira isto envolve esforços para tornar a gestão municipal, eficiente e eficaz, capaz de acelerar a execução dos investimentos públicos; de manter as políticas sociais; de realizar ações de diversificação da economia local; bem como de melhorar o ambiente de negócios e a qualidade do gasto público.

No sentido de melhorar o ambiente de negócios, o Brasil tem feito esforços para reduzir a informalidade na economia. Neste sentido, destacam duas ações do Estado Brasileiro com o objetivo de facilitar a formalização de pequenos negócios e das micro e pequenas empresas: A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, com a reformulação do Simples, criando o Simples Nacional; e a Lei do Microempreendedor Individual (MEI). Os resultados tem se mostrado promissores. No primeiro caso, antes da regulamentação da nova lei, os municípios conveniados a Receita Federal, pré-requisito para a tributação das MPEs pelo simples, girava em torno de uma centena; a partir de 2007 o convênio tornou-se dispensável e em dezembro de 2011, dos 5.565 municípios brasileiros, 5.529 haviam recebido repasse de ISS. Desde o início de sua vigência, o volume total de repasses aos municípios do ISS arrecadado através do Simples Nacional saltou de R\$ 148,5 milhões (no segundo mês da vigência – setembro de 2007), para R\$ 320 milhões em dezembro de 2011. Isso indica, certamente, tanto um aumento na formalização das atividades das MPEs já existentes, como um aumento no número de MPEs formalizadas. Quanto ao MEI, desde sua criação até dezembro de 2011, 1,83 milhões de empreendedores – que atuavam no ambiente informal – aderiram ao programa. A consolidação gradual desses dois instrumentos deverá, nos próximos anos, produzir resultados ainda mais significativos.

O desenvolvimento inclusivo do Brasil pressupõe, ademais, o acesso generalizado por parte dos 200 milhões de brasileiros que habitam nosso território continental a tecnologias modernas de comunicação e informação. Destacam-se neste contexto, os esforços do governo federal no sentido de promover a inclusão digital e a qualidade dos serviços postais e de telecomunicações – e a virtual universalização dos serviços de telefonia móvel e de correios já alcançada pelo país. Entretanto, persistem os desafios nos campos da inclusão digital (a taxa de acesso individual a internet não ultrapassava 50% no país em 2010) e na universalização da internet em banda larga (inferior a 7% dos acessos totais à internet em 2010). Estudos recentes do IPEA apontam que a densidade da banda larga fixa nos municípios com mais de 500.000 habitantes é de 15,5 acessos por 100 habitantes (maio de 2011), enquanto esta mesma densidade naqueles municípios com menos de 50.000 habitantes – onde moram cerca de 33% da população brasileira – é de 2,4 (maio de 2011).

## **PROGRAMA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI**

No escopo das iniciativas tomadas pelo Governo Federal visando a correção das desigualdades, a contribuição para o fortalecimento do protagonismo local e o desenvolvimento dos municípios brasileiros destaca-se o Programa Microempreendedor Individual - MEI. O Programa promove a inclusão social e o acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania das pessoas que atuam informalmente com pequenos negócios ou prestação de serviços, como, por exemplo, artesãos, cabeleireiros e ambulantes desde que tenham faturamento anual máximo de R\$ 60.000,00, exerçam atividades permitidas ao MEI, tenham até um funcionário registrado, não possuam mais de um estabelecimento e não participem de outra empresa como titular, sócio ou administrador.

O processo de formalização é gratuito e feito pela Internet, no Portal do Empreendedor, sem a necessidade de comparecimento aos órgãos públicos envolvidos. O empreendedor obterá, imediatamente: inscrição na Junta Comercial, CNPJ, inscrição no INSS, alvará de funcionamento provisório e o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

Os interessados em aderir ao Programa do Empreendedor Individual que não têm computador em casa poderão fazer a sua inscrição nas agências do Sebrae ou nas empresas contábeis cadastradas no Simples Nacional.

Formalizado, o MEI passa a usufruir de cobertura previdenciária (aposentadoria, auxílio doença, auxílio maternidade, etc.), pode emitir nota fiscal, efetuar venda ou prestação de serviços para empresas e órgãos públicos, ter acesso a serviços bancários e crédito em condições favorecidas, participar em processos de compras governamentais, programas de capacitação e apoio e ter até um empregado, com baixo custo e está sujeito a controles muito simplificados, entre outros benefícios.

Além disso, o Microempreendedor Individual será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL).

Pagará apenas contribuição reduzida para o INSS, equivalente a 5% do salário mínimo (R\$ 31,10), atualizada anualmente, e mais o valor fixo mensal de R\$ 1,00 de ICMS (comércio ou indústria) ou R\$ 5,00 de ISS (prestação de serviços).

Espera-se, por meio do Programa, que milhares de empresas informais e autônomos que não contam com qualquer registro, possam passar para a formalidade, elevando assim sua competitividade e sustentabilidade.

No processo de formalização e de melhoria do ambiente de negócios, a prefeitura tem papel fundamental e pode contribuir de maneira ativa. Além de incentivar a adesão de seus cidadãos empreendedores ao MEI, há uma série de medidas que podem ser adotadas pelas municipalidades com vistas a organizar e fomentar o ambiente de negócios, como isenção de taxas e facilitação na obtenção de

licenças locais, entre outras. Nesse sentido, a Lei Complementar nº 123, de 2006, reduziu a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro e aos demais itens relativos ao processo de abertura, registro, alteração e baixa do Microempreendedor Individual, assim como estabeleceu que o cadastro fiscal municipal poderá ser simplificado ou ter sua exigência postergada, sem prejuízo da possibilidade de emissão de documentos fiscais de compra, venda ou prestação de serviços, vedada, em qualquer hipótese, a imposição de custos pela autorização para emissão, inclusive na modalidade avulsa.

Ao final de 2011, havia um total de 1.895.533 de inscritos no MEI no País. No mesmo ano em **SANTOS - SP** foi verificado um total de **4951**, o que representou um crescimento de (*nao disponivel*) no total de Empreendedores Individuais no município em relação a 2010. Isso representa um maior número de pessoas trabalhando na formalidade e com acesso a benefícios.

O quantitativo de MEIs é captado no Portal do Empreendedor e refere-se ao total geral de microempreendedores individuais, tanto os formalizados por meio do Portal do Empreendedor, quanto os Empresários Individuais Microempresas que optaram por se enquadrar como MEI no início do exercício fiscal.

Para obter mais informações sobre o programa e tópicos relacionados, acesse:

- Portal do Empreendedor: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>
- Portal do Desenvolvimento Local: <http://www.portaldodesenvolvimento.org.br>

Indicador	Ano	País	Estado	Município
Total de MEI existentes	2012 -	650691	4951	

### Metas do Município

Ano	Total de MEI existentes . _	
	Estimado	Realizado
2013		
2014		
2015		
2016		
<b>TOTAL</b>		

## **ESFORÇO FISCAL E A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

Desde a última década o Governo Federal está empenhado no desenvolvimento de novas ações em prol da modernização e da transparência na contabilidade e nas finanças públicas, destacando-se a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), e a convergência da Contabilidade Pública às normas internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Em função disso, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, [www.tesouro.gov.br](http://www.tesouro.gov.br), criou o Grupo Técnico de Padronização de Relatórios, o Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis e o Grupo Técnico de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais com objetivo de manter um diálogo permanente com os entes da Federação, de modo a reduzir os níveis de divergências técnicas e duplicidades de informações em benefício da transparência na gestão contábil, orçamentária, financeira e fiscal.

A Receita Corrente Líquida - RCL é um indicador de grande importância no esforço fiscal para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio do Brasil (ODM-BRASIL) e para a Agenda de Compromissos Governo Federal e Municípios 2013-2016.

O demonstrativo da RCL do mês de referência faz parte do Anexo III do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, bem como sua evolução nos últimos doze meses e a previsão de seu desempenho no exercício. Tal demonstrativo é normalmente publicado no prazo de até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. A publicação periódica dos demonstrativos que acompanham o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, entre eles o da RCL, permite que a população conheça, acompanhe e fiscalize o desempenho da execução orçamentária.

As prefeituras municipais que estão sintonizadas com a Agenda de Compromissos entre Governo Federal e Municípios - 2013-2016 devem enviar para o Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação - SISTN o valor consolidado da RCL que serve de base para análise dos limites e dos compromissos estabelecidos.

O acesso ao SISTN somente é permitido a servidor indicado pela prefeitura por meio de ofício à agência da CAIXA de seu relacionamento, que então passa a ser a pessoa oficialmente responsável pela inserção dos dados contábeis do Município no sistema.

<b>Indicador</b>	<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Estado</b>	<b>Município</b>
Receita corrente líquida municipal	2011 -		108053551037,05	1316366271,74

### Metas do Município

<b>Ano</b>	<b>Receita corrente líquida municipal . _</b>	
	<b>Estimado</b>	<b>Realizado</b>
<b>2013</b>		
<b>2014</b>		
<b>2015</b>		
<b>2016</b>		
<b>TOTAL</b>		

## SIMPLES NACIONAL

O Simples Nacional é o regime jurídico-tributário unificado destinado às Microempresas - aí incluídos os Microempreendedores Individuais - e às Empresas de Pequeno Porte. Foi instituído pela Lei Complementar n. 123/2006, atendendo à Emenda Constitucional n. 42/2003. O número de optantes pelo Simples Nacional vem crescendo de forma significativa, tendo ultrapassado a marca de seis milhões de contribuintes, dos quais mais de dois milhões são microempreendedores individuais.

Ao final de março de 2012, havia um total de 6.212.435 inscritos no Simples Nacional no País.

Os reflexos do Simples Nacional na arrecadação do ISS são extremamente importantes. Primeiro pelo aumento da base cadastral, haja vista que a empresa optante tem que estar necessariamente com sua inscrição municipal em dia. Segundo porque a empresa não pode ter dívidas junto ao município. Finalmente, porque a arrecadação é automatizada e unificada. A empresa optante, ao quitar sua guia mensal, paga ao mesmo tempo os tributos federais, o ICMS e o ISS. Os valores são transferidos de forma célere pela rede arrecadadora, sem trânsito pelo Tesouro Nacional.

No mesmo mês, em **SANTOS - SP**, foi verificado um total de **18055** optantes. Os reflexos do Simples Nacional na arrecadação do ISS são extremamente importantes. Primeiro pelo aumento da base cadastral, haja vista que a empresa optante tem que estar necessariamente com sua inscrição municipal em dia. Segundo porque a empresa não pode ter dívidas junto ao município. Finalmente, porque a arrecadação é automatizada e unificada. A empresa optante, ao quitar sua guia mensal, paga ao mesmo tempo os tributos federais, o ICMS e o ISS. Os valores são transferidos de forma célere pela rede arrecadadora, sem trânsito pelo Tesouro Nacional.

Indicador	Ano	País	Estado	Município
Quantidade de optantes do Super Simples	2012 -		1951370	18055

### Metas do Município

Ano	Quantidade de optantes do Super Simples . _	
	Estimado	Realizado
2013		
2014		
2015		
2016		

<b>TOTAL</b>	
--------------	--